



JUNHO 2015

RELATÓRIO INTERCALAR
**CONTAS
CONSOLIDADAS**

Toyota Caetano Portugal, S.A.

01

CORPOS SOCIAIS	03
----------------	----

02

RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO	05
---------------------------	----

03

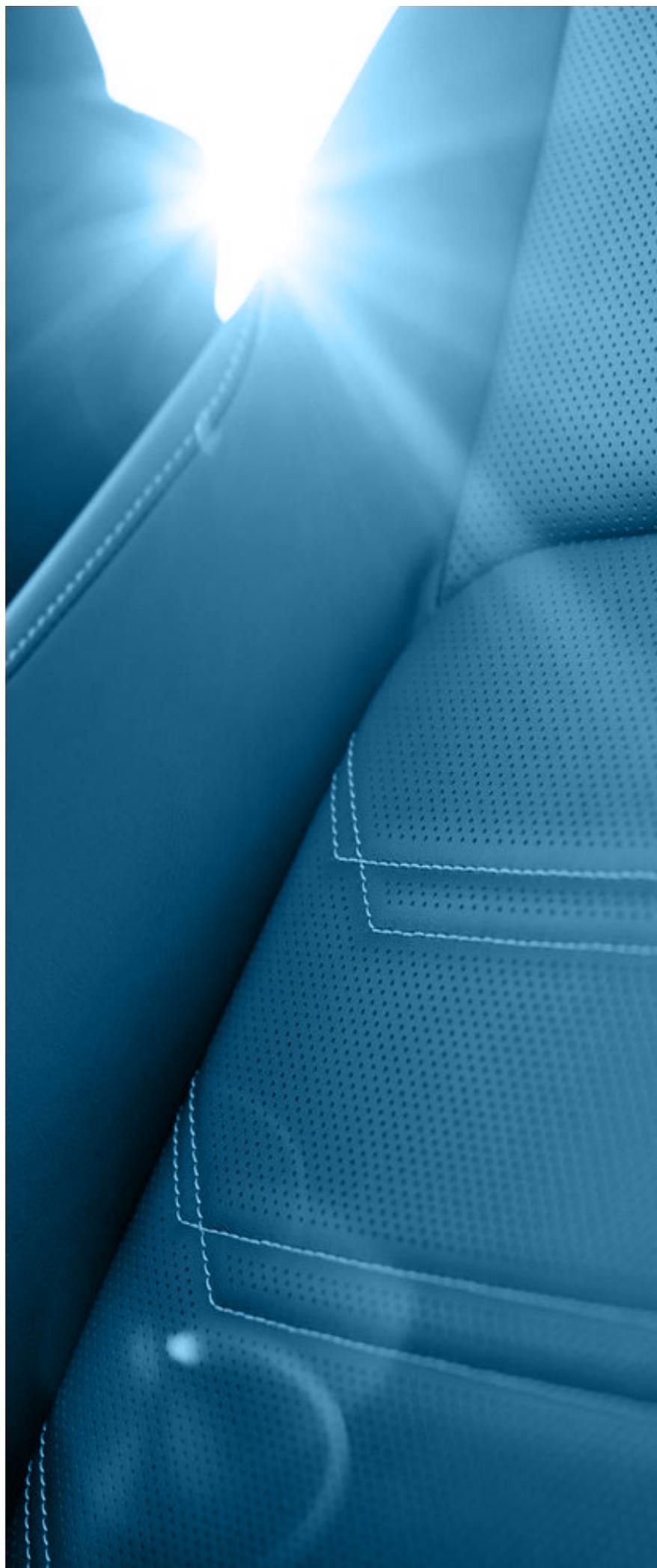
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
---------------------------	----

04

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	62
--	----

05

RELATÓRIO DE REVISÃO	64
----------------------	----



01

CORPOS SOCIAIS

RELATÓRIO INTERCALAR
CONTAS CONSOLIDADAS 2015

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Lourenço Abreu Teixeira Presidente

Manuel Fernando Monteiro da Silva Vice-Presidente

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta 1º Secretário

Maria Olívia Almeida Madureira 2º Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis da Silva Ramos Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal

Salvador Acácio Martins Caetano Vogal

Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal

Takeshi Numa Vogal

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal

Yoichi Sato Suplente

CONSELHO FISCAL

José Domingos da Silva Fernandes Presidente

Alberto Luís Lema Mandim Vogal

Filip Rachel K Soenen Vogal

Maria Lívia Fernandes Alves Suplente

Takao Gonno Suplente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Dr. José Pereira Alves, ou Dr. José Miguel Dantas Maio Marques
em representação da **PricewaterhouseCoopers & Associados**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

António Joaquim Brochado Correia Suplente

02

RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

RELATÓRIO INTERCALAR
CONTAS CONSOLIDADAS 2015



INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 246º número 1 alínea b) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório intercalar a seguir apresentado, contendo por cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal uma indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

Simultaneamente, ainda que de uma forma sintética, são também apresentadas as principais expectativas para o segundo semestre do exercício em curso.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

UNIDADE FABRIL DE OVAR

O primeiro semestre foi marcado pelo término da produção do modelo Dyna e pela preparação para o início da produção do modelo Land Cruiser série 70 (LC70).

Durante os meses de janeiro e fevereiro foram produzidas as últimas 348 Dynas para o mercado nacional, perfazendo um total de 105.168 unidades produzidas desde 1971.

Em junho, após um período de paragem para preparação das linhas produtivas, saíram as primeiras 23 unidades LC70 com destino a África do Sul. No final desse mês teve lugar o *Shipping Quality Confirmation Meeting* (SQCM) do LC70 a ser produzido nesta unidade fabril.

Até ao final do ano, prevê-se uma produção de 1.250 unidades deste modelo destinado exclusivamente à exportação.

Com o início da produção em série do modelo LC70, viu-se concretizado um projeto que permitirá rentabilizar esta unidade industrial e simultaneamente manter e até aumentar os postos de trabalho agora existentes. Com o *know-how* adquirido em 45 anos de montagem automóvel e a tradicional dedicação de todos os colaboradores envolvidos neste projeto, é nossa convicção que este será apenas mais um passo para o alargamento do envolvimento da Toyota no nosso país.

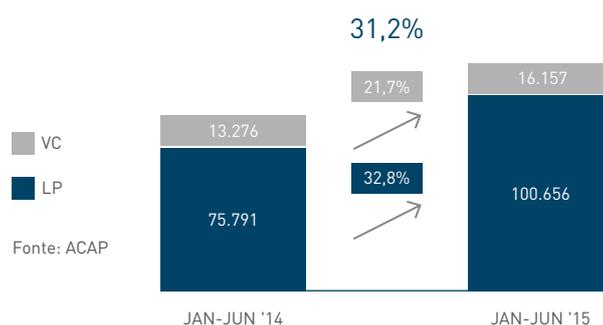
Na atividade PPO/PDI (Unidades Físicas Transformadas/Preparadas) verificou-se um aumento de 78% face a igual período do ano anterior.

PRODUÇÃO	2015 (JAN-JUN)	2014	2013	2012
Unidades Físicas Toyota	371	1.664	1.111	1.381
Unidades Físicas Transformadas/Preparadas	2.223	3.271	2.339	2.174
Total Colaboradores	206	170	181	190

ATIVIDADE COMERCIAL - VIATURAS

MERCADO AUTOMÓVEL TOTAL

O primeiro semestre de 2015 apresentou uma forte recuperação, com o total do mercado a crescer cerca de 31%, totalizando 116.813 unidades. Esta recuperação assenta na evolução positiva quer das viaturas de passageiros quer das viaturas comerciais, que apresentam, respetivamente, um crescimento de 32,8% e 21,7%.



TOYOTA

No primeiro semestre do ano, a Toyota apresenta um total de vendas de 4.937 unidades, traduzindo-se num crescimento de 35,7%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Estes resultados garantem numa **quota de mercado total de 4,2% no primeiro semestre do ano.**

A boa performance da marca no primeiro semestre é explicada pelos seguintes fatores:

- Nos **Ligeiros de Passageiros**, a Toyota apresenta um crescimento de aproximadamente 33%, com uma quota de mercado de 3,9% (igual a 2014).

Este desempenho está sustentado no crescimento dos modelos Aygo e Yaris, que foram renovados no 2º semestre de 2014, assim como no aumento das vendas de viaturas híbridas.

- Nas **Viaturas Comerciais**, a Toyota apresenta um forte crescimento de 49%, com uma quota de mercado de 6,3% (+1,2 p.p. face a 2014).

Esta recuperação é devida ao bom desempenho dos modelos Hilux e Dyna, que mantêm o 1º lugar no ranking de vendas dos segmentos Pickup e Chassis Cabine, respetivamente.

Para o segundo semestre do ano, as perspetivas são favoráveis, prevendo-se a continuação do bom desempenho das viaturas híbridas e dos modelos anteriormente referidos – Aygo, Yaris, Hilux e Dyna – assim como o incremento das vendas dos modelos Auris e Avensis, objeto de fortes renovações de produto.

MERCADO PREMIUM

A evolução do mercado *premium* no primeiro semestre de 2015 foi também positiva. Este segmento de mercado apresentou um crescimento de 23% que, no entanto, ficou abaixo do registado no mercado total de passageiros.

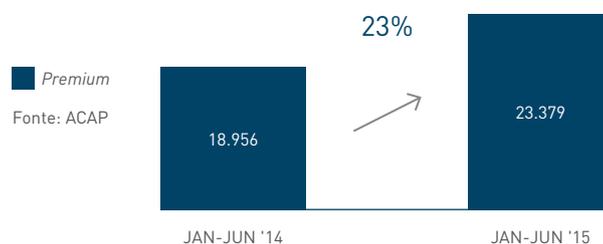
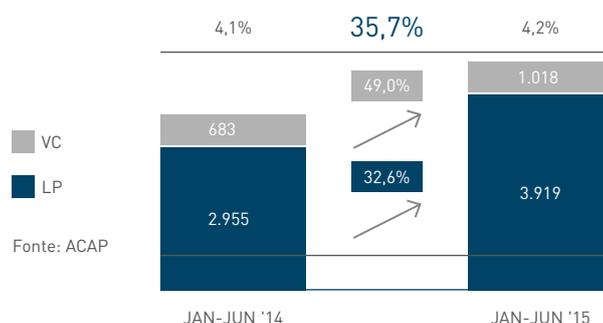
Esta realidade implica uma ligeira redução do peso do mercado *premium* no total de mercado de passageiros, que passou para 23,3%.

O mercado *premium* continua a crescer, sustentado numa oferta de produto cada vez mais alargada e numa forte agressividade comercial das principais marcas *premium*.

LEXUS

A Lexus apresentou um crescimento face ao ano transato de 24%, em linha com o mercado. Este facto resultou na manutenção da quota de mercado no segmento premium nos 0,8%.

Para o segundo semestre prevê-se a continuação da evolução favorável das vendas da marca, fruto do lançamento de séries especiais dos modelos CT200h e IS300h, bem como da nova geração do modelo SUV de topo RX450h.



MÁQUINAS INDUSTRIAIS

EQUIPAMENTO INDUSTRIAL TOYOTA

	MERCADO MMC			VENDAS TOYOTA + BT				
	1º SEM.		VARIÇÃO %	1º SEM. 2014		1º SEM. 2015		VARIÇÃO %
	2014	2015		Qtd.	Quota	Qtd.	Quota	
Empilhadores Contrabalançados	505	544	7,7%	165	32,7%	166	30,5%	0,6%
Equipamento de Armazém	627	1036	65,2%	150	23,9%	648	62,5%	332,0%
TOTAL MMC	1132	1580	39,6%	315	27,8%	814	51,5%	158,4%

Fonte: ACAP

MERCADO

O primeiro semestre de 2015, vem confirmar a recuperação da retoma do crescimento da atividade económica que se começou a sentir timidamente no ano passado.

Globalmente, o mercado nacional de máquinas de movimentação de cargas (MMC) registou um crescimento de 39,6% comparativamente com igual período de 2014.

Esta variação foi consubstanciada num crescimento dos segmentos contrabalançados em 7,7%, e equipamento de armazém em 65,2% respetivamente. Destaque-se que este aumento no Equipamento de Armazém está fortemente influenciado por um negócio BT de 349 unidades.

VENDAS TOYOTA + BT

Globalmente as vendas Toyota/BT cresceram 158,4%, muito mais do que o mercado, permitindo a manutenção e reforço da liderança da Toyota + BT com uma quota de mercado de 51,5%.

Este facto deveu-se essencialmente à concretização de um negócio grande de frota no segmento de Equipamento de Armazém que influenciou significativamente, quer o mercado, quer as vendas BT.

No tocante ao **Equipamento de Armazém BT** o volume de vendas mais do que quadruplicou (648 unidades contra 150 em igual período de 2014), elevando a nossa quota acumulada a junho para 62,5%.

Em relação aos **Empilhadores Contrabalançados Toyota** foram vendidos, nos primeiros 6 meses do ano, 166 unidades, representando um crescimento de vendas de 0,6% e uma quota acumulada de 30,5%, denotando uma certa estabilidade neste segmento onde a Toyota detém a liderança há já alguns anos.

APÓS-VENDA

Milhares de Euros

PRODUTO	VENDAS 1º SEM. 2014	VENDAS 1º SEM. 2015	CRESC. % 2015/2014
Peças/Acessórios/Merchandising	16.184	18.024	11,4%
Serviços Extracare/Assist. Total	329	736	123,8%
Total	16.513	18.760	13,6%

A Divisão de Após-Venda Toyota faturou, durante o primeiro semestre de 2015, um total de 18 Milhões de Euros em peças, acessórios e merchandising. Este valor corresponde a um crescimento de 11,4% relativamente ao primeiro semestre de 2014. O orçamento definido para o semestre, foi ultrapassado em 19,9 p.p. Todavia este crescimento está muito relacionado com a venda de peças para as campanhas técnicas em vigor no corrente ano.

Face à total transparência tão necessária para com o Cliente/Seu constante acompanhamento, a marca tem levado a cabo várias Campanhas Técnicas no sentido da prevenção/reparação de toda e qualquer anomalia.

Relativamente à faturação dos serviços Extracare (Extensão de Garantias) e Assistência Total (Assistência em Viagem) registou-se um crescimento de 123,8% face ao primeiro semestre de 2014.

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após-Venda. Para este cliente destinou-se, no primeiro semestre do corrente ano 94,3%, da faturação global, o equivalente a 16,9 Milhões de Euros. Este valor representa um crescimento de 15,6% quando comparado com o realizado no período homólogo de 2014.

No corrente ano, e como resultado das campanhas técnicas em vigor, venderam-se peças no valor de 2,4 Milhões de Euros. Em período homólogo de 2014, as vendas para campanhas técnicas totalizaram 737 Mil Euros.

Apesar da recuperação verificada na venda de viaturas durante este primeiro semestre, continuamos a sentir a influência no negócio do Após-Venda da diminuição e envelhecimento do parque automóvel e da redução da quilometragem média das viaturas.

Neste contexto, a TCAP manteve o seu empenho na dinamização de programas que contribuem para a recuperação e desenvolvimento da atividade do Após-Venda da Marca, com especial incidência para a retenção dos clientes à oficina Toyota, a fim de contrariar os efeitos da forte redução do parque circulante nacional, fortemente abalada pela crise do setor durante os últimos anos.

Assim passamos a citar alguns dos projetos implementados:

- Continuação, no corrente ano, da oferta do contrato de manutenção 3 anos/45.000 km na aquisição dos modelos Auris, Verso e nova geração Corolla. Os Contratos de Manutenção, que garantem a visita das viaturas Toyota às oficinas da rede, são atualmente a principal ferramenta de retenção de clientes.
- Lançamento dos Contratos de Manutenção Integrais para os clientes de viaturas novas Toyota. Estes contratos, que resultam de uma parceria entre a TCAP e a FINLOG, abrangem as necessidades integrais da viatura, nomeadamente a Manutenção Programada, a Manutenção Preventiva e a Manutenção Corretiva.
- Extensão da oferta para clientes possuidores de viaturas com mais de 5 anos, com o lançamento do Serviço 5+ (viaturas com mais de 5 anos), com preços especiais na mudança de óleo e filtro e substituição de travões e embraiagens.
- Lançamento do Programa de Acessórios para 2015 (Incentivo Extra), com vista à dinamização deste negócio junto dos clientes Toyota.
- Dinamização da rede, no que respeita à realização de contactos pró-ativos ao cliente (Manutenção, ITV).
- Formação de técnicos e certificação das oficinas da rede Toyota, como especialista em híbridos.
- Atualização dos postais de aviso, com a criação de um novo segmento. Este novo segmento, visa atingir o *target* de clientes de viaturas Toyota, com mais de 5 anos, que não efetuam a manutenção programada há mais de 3 anos. Pretende-se com este novo formato de postal, convidá-los a realizar a pré-inspeção e, em paralelo, a substituição do óleo e filtro no âmbito do serviço Toyota 5+.
- Divulgação e formação do Processo de Receção Ativa pela rede de concessionários Toyota. Esta é uma nova forma de trabalhar a relação com os Clientes Toyota, através de um acompanhamento desde a marcação do serviço, passando pela receção junto da viatura, até ao acompanhamento comercial após entrega. O objetivo é otimizar as oportunidades de negócio através de um atendimento personalizado e humanizado em que o Assessor de Serviço procura vender o produto/serviço certo, ao Cliente certo, no momento certo e assim conquistar a sua confiança e recomendação.
- Dinamização do Toyota Apoio 24. Este serviço gratuito de gestão de sinistros, encontra-se disponível para todos os Clientes Toyota, e tem como objetivo garantir o encaminhamento da viatura para a Rede Toyota em caso de sinistro. Foi efetuada uma distribuição de Declarações Amigáveis de Acidente (DAAs) personalizadas com um autocolante Apoio 24, a fim de servirem de “lembrete” eficaz e visível em caso de sinistro.

- Alargamento dos Contratos de Manutenção para as novas gerações Auris e Avensis.
- Acompanhamento contínuo e incentivo à venda dos produtos "oportunidades de negócio".
- Divulgação contínua do negócio dos pneus, inserido em campanhas específicas das diversas marcas.

CAETANO AUTO, S.A.

Mantendo a tendência já registada no último semestre de 2014, o exercício de 2015 inicia-se com fortes indícios de melhoria da atividade, acompanhando o próprio crescimento do mercado automóvel em Portugal.

Assim, o volume de negócios da Caetano Auto neste 1º semestre atingiu 93,5 Milhões de Euros contra os 78 Milhões do ano anterior, registando por isso um crescimento de cerca de 20% (atividades de venda e após-venda).

Por atividade, as viaturas novas registaram um crescimento de 535 unidades relativamente ao mesmo semestre do ano anterior ao acumularem 2.447 unidades; também as viaturas usadas registaram uma variação de mais 469 unidades, registando um acumulado em junho 2015 de 2.613 unidades vendidas.

No Após-Venda, o crescimento neste primeiro semestre comparativamente a igual período no ano anterior foi superior a 10% com uma faturação a ultrapassar os 30 Milhões de Euros.

Relativamente à área da despesa e fruto de uma gestão cuidada, foi possível serem mantidos os níveis anteriores, podendo-se justificar o aumento de 6,9%, registado em despesas com pessoal e fornecimentos e serviços externos, sobretudo com a parte variável decorrente do próprio aumento das vendas.

Quanto às amortizações e mantendo-se o critério de aplicação das taxas máximas fiscalmente aceites, esta rubrica continua a representar mais de 1 Milhão de Euros por semestre, influenciando significativamente o RAI obtido.

Face ao exposto, a Caetano Auto registou no final do 1º semestre de 2015 um RAI positivo contra os resultados negativos atingidos em igual período de 2014. As perspetivas para o 2º semestre apontam no sentido de manutenção da evolução positiva da atividade, resultado de "normalização" do mercado automóvel total no nosso país.

CAETANO AUTO CABO VERDE, S.A.

INTRODUÇÃO

Os indicadores de atividade disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística em Cabo Verde, apontam para o abrandamento ao longo dos últimos meses do ritmo de crescimento da economia, comparativamente ao mesmo período de 2014.

Esse abrandamento do ritmo de crescimento, segundo apurou o INE da análise das contas, é resultado da diminuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) na Agricultura, Comércio, Imobiliária e outros serviços, serviços às empresas e Administração Pública e do abrandamento registado fundamentalmente na atividade de construção.

ATIVIDADE COMERCIAL

Comparativamente com igual período de 2014, a Caetano Auto, CV, S.A vendeu menos 5 unidades.

Em termos de modelos comercializados pudemos assistir a um incremento de vendas do Yaris, claramente uma aposta ganha neste mercado africano, e uma ligeira quebra nos modelos Todo-o-Terreno (Land Cruiser e RAV4).

Por sua vez a margem bruta melhorou 2 p.p. passando de 18% para 20% no 1º semestre de 2015.

Ao nível do Após-Venda registou-se um decréscimo de 4,9% no volume de negócios. As dificuldades económicas no país

fazem com que os clientes recorram às peças de linha branca e ao encaminhamento dos sinistros para oficinas que as aplicam.

Algumas medidas de combate à crise instalada no país, já foram entretanto tomadas, nomeadamente na área de redução de custos, sendo que novas medidas de retenção de clientes se projetam, tentando dessa forma rentabilizar a empresa em níveis adequados e historicamente já atingidos.

CAETANO RENTING, S.A.

Contrariamente aos últimos 3 períodos análogos, verificou-se um aumento do Volume de Negócios.

Atingiu-se o montante de 1,6 Milhões de Euros o que, comparativamente com o ano anterior, representa um acréscimo de 5,96%.

No primeiro semestre, a frota atingiu as 1441 unidades (+ 17,54% que em igual período do pretérito exercício) apresentando a seguinte estrutura:

- Veículos Passageiros: 1137 uts (78,90%)
- Máquinas Industriais: 304 uts (21,10%)

Para o segmento das RAC's, foram adquiridas cerca de 250 unidades no mês de junho, cujo impacto no Volume de Negócios apenas terá reflexos no semestre seguinte.

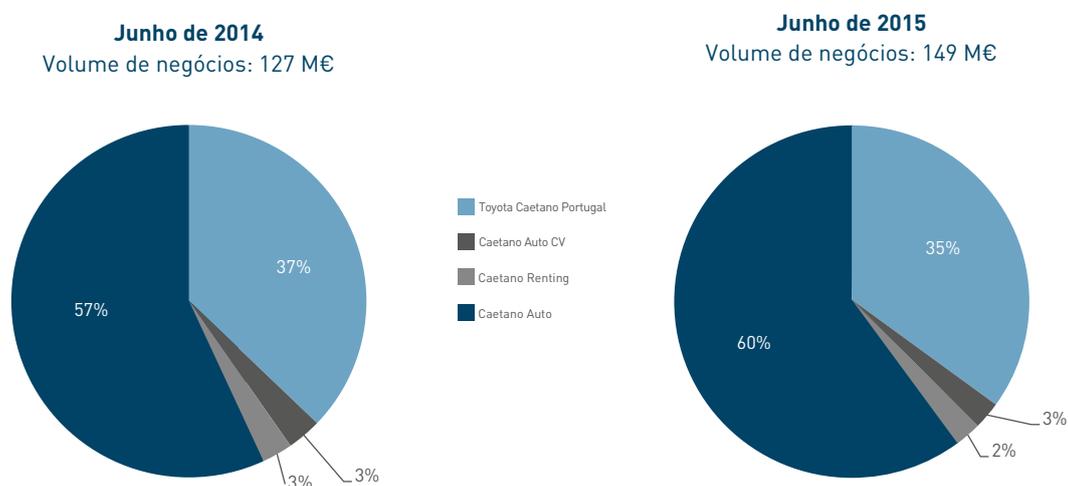
Temos boas perspetivas relativamente ao segunda semestre, uma vez que está prevista a alienação de cerca de 465 viaturas das RAC's, as quais darão origem a mais-valias significativas, que contribuirão positivamente para o resultado final desta empresa.

ATIVIDADE FINANCEIRA

ANÁLISE CONSOLIDADA

No primeiro semestre de 2015, o perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal permaneceu inalterado face ao final do exercício de 2014 e período homólogo.

Tendo continuado a verificar-se no período em apreço o crescimento do setor automóvel, constata-se que a marca Toyota teve um desempenho superior ao mercado, tendo sido possível alcançar um volume de negócios consolidado de cerca de 149 Milhões de Euros, o que representa um incremento de 17%, comparativamente a junho de 2014.



No prosseguimento de uma estratégia de ganhos de quota de mercado foi necessário incorrer em algum sacrifício da margem de comercialização, a qual combinada no entanto com um adequado controlo dos custos de estrutura, e pese embora os gastos de subatividade sentidos com a implementação do projeto de montagem de veículos Todo-o-Terreno para exportação, na unidade fabril de Ovar, fizeram com que o EBITDA consolidado atingisse um valor de cerca de 9,1 Milhões de Euros, 6% acima do conseguido em período homólogo de 2014.

Os resultados financeiros, negativos em 961 Mil Euros, comparativamente aos 586 Mil Euros registados em período homólogo de 2014, expressam as necessidades acrescidas de financiamento em que o Grupo Toyota Caetano Portugal incorreu, de forma a ser possível constituir inventários capazes de responder ao crescimento do mercado, bem como aportar ao novo projeto LC70 o investimento produtivo adequado.

Do atrás exposto foi possível apurar um resultado líquido consolidado no semestre de 1 Milhão de Euros, 40% inferior ao registado em igual período de 2014, muito pelos fatores ligados à subatividade vivida na Unidade Fabril de Ovar e os quais após o início efetivo da montagem do novo modelo, serão por certo eliminados.

O grau de autonomia financeira situou-se em 49%, e continua a demonstrar uma perfeita estabilidade da estrutura de capitais do Grupo.

No sentido de sintetizar a evolução da atividade e desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal, segue abaixo quadro de agregados comparativos na unidade monetária Milhares de Euros:

	JUN'14	JUN'15
Volume de negócios	127.349	149.071
Lucro Bruto	28.612	27.199
% (f) vendas	22,50%	18,20%
Fornecimentos e serviços externos	15.835	17.226
% (f) vendas	12,40%	11,60%
Gastos com o pessoal	18.988	19.593
% (f) vendas	14,90%	13,10%
E.B.I.T.D.A.	8.601	9.116
% (f) vendas	6,80%	6,10%
Resultado operacional	2.851	2.810
% (f) vendas	2,20%	1,90%
Resultados financeiros	-586	-961
% (f) vendas	-0,50%	-0,60%
Cash-Flow Bruto	7.294	8.115
% (f) vendas	5,70%	5,40%
Resultado líquido consolidado	1.806	1.084
% (f) vendas	1,40%	0,70%
Financiamento bancário líquido	26.888	47.068
Grau de autonomia financeira	58,20%	49,20%

De acordo com as últimas estimativas de desenvolvimento económico em Portugal, entendemos como expectável a manutenção do ritmo de crescimento do setor automóvel, o que proporcionará ao Grupo o reforço da sua sustentabilidade no mercado, assim como um consentâneo crescimento dos resultados gerados.

GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;

- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do semestre em apreço até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes que devam ser aqui mencionados.

DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao 1º semestre de 2015, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do CVM.

Vila Nova de Gaia, 27 de agosto 2015

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Takeshi Numa

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea c) do nº 1 do artigo 9.º e do número 7 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 30 de junho de 2015, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não realizaram durante o primeiro semestre de 2015 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

Mais se declara os valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

O GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., do qual o Senhor **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano** é Presidente do Conselho de Administração, a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Vice-Presidente do Conselho de Administração e os Senhores **Eng.º José Reis da Silva Ramos** e **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos** são Vogais do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que esta sociedade, em 30 de junho de 2015, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada.

A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual o Senhor **Eng.º José Reis da Silva Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é cônjuge do Presidente do Conselho de Administração, os Senhores **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano** e **Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes** são Vogais do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que esta sociedade, em 30 de junho de 2015, detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada.

A COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Eng.º José Reis da Silva Ramos** é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que esta sociedade, em 30 de junho de 2015, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada.

A COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A., da qual a Senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Eng.º José Reis da Silva Ramos** é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano** é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 30 de junho de 2015 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

Para o efeito previsto na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade), declara-se que:

- **Eng.º José Reis da Silva Ramos**, Presidente do Conselho de Administração, é titular de:
 - 39,49%¹ do capital social do Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge.

- **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:

- 39,49%¹ do capital social do Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:

- 39,49%¹ do capital social do Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:

- 0,00223% do capital social do Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Dando cumprimento ao estipulado no número 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 30 de junho de 2015, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social desta sociedade, bem como dos acionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas percentagens de capital:

ACIONISTAS Titulares de pelo menos 10%	AÇÕES			
	DETIDAS ¹ 31.12.2014	ADQUIRIDAS 2015	ALIENADAS 2015	DETIDAS ² 30.06.2015
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	-	-	9.450.000

¹ Capital social em 31.12.2014: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

² Capital social em 30.06.2015: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

ACIONISTAS Titulares de pelo menos 50%	AÇÕES			
	DETIDAS ¹ 31.12.2014	ADQUIRIDAS 2015	ALIENADAS 2015	DETIDAS ² 30.06.2015
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	21.288.281	-	-	21.288.281

¹ Capital social em 31.12.2014: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

² Capital social em 30.06.2015: € 35.000.000,00, representado por 35.000.000 ações com o valor nominal de € 1,00 cada uma.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(Nos termos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

À data de 30 de junho de 2015, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	AÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
Grupo Salvador Caetano - SGPS, S.A.	21.288.281	60,824
Toyota Motor Europe NV/S.A.	9.450.000	27,000
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros de)	1.399.255	3,998

03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO INTERCALAR
CONTAS CONSOLIDADAS 2015



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	30/06/15	31/12/14
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
<i>Goodwill</i>	7	611.997	611.997
Ativos intangíveis	8	964.100	654.916
Ativos fixos tangíveis	5	88.195.834	74.805.462
Propriedades de investimento	6	17.109.968	17.345.321
Investimentos disponíveis para venda	9	3.335.048	3.119.634
Ativos por impostos diferidos	14	2.837.077	3.179.411
Clientes	11	116.239	108.556
Total de ativos não correntes		113.170.263	99.825.297
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	10	73.698.681	69.990.056
Clientes	11	51.949.540	57.493.329
Outras dívidas de terceiros	12	4.030.142	4.417.305
Estado e outros entes públicos	20	2.741.837	997.206
Outros ativos correntes	13	2.576.786	3.215.482
Caixa e equivalentes a caixa	4	7.692.891	12.530.999
Total de ativos correntes		142.689.877	148.644.377
Total do ativo		255.860.140	248.469.674
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	15	35.000.000	35.000.000
Reserva legal	15	7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação	15	6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão	15	(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor	15	254.365	38.951
Outras reservas		76.015.672	76.591.909
Resultado consolidado líquido do exercício		1.059.322	3.973.763
		124.328.208	127.603.472
Interesses não controlados	16	1.655.917	1.630.768
Total do capital próprio		125.984.125	129.234.240
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	27.242.852	23.137.232
Responsabilidades por pensões	22	5.000.000	5.000.000
Provisões	23	306.053	311.551
Passivos por impostos diferidos	14	1.798.006	1.798.006
Total de passivos não correntes		34.346.911	30.246.789
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	27.518.480	27.768.843
Fornecedores	18	37.456.785	31.579.655
Outras dívidas a terceiros	19	1.633.264	1.740.504
Estado e outros entes públicos	20	10.113.449	10.938.452
Outros passivos correntes	21	18.691.146	16.811.429
Instrumentos financeiros derivados	24	115.980	149.762
Total de passivos correntes		95.529.104	88.988.645
Total do passivo		129.876.015	119.235.434
Total do passivo e capital próprio		255.860.140	248.469.674

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2015.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	30/06/15	01-04 a 30/06/15 (Não auditado)	30/06/14	01-04 a 30/06/14 (Não auditado)
RENDIMENTOS OPERACIONAIS:					
Vendas	26	139.374.119	70.240.197	118.070.724	65.131.908
Prestações de serviços	26	9.697.104	4.841.190	9.278.335	4.646.257
Outros rendimentos operacionais	29	20.321.463	11.221.631	16.255.041	8.762.962
Variação da produção	10	102.121	(1.979.281)	1.687.497	1.014.949
Total de rendimentos operacionais		169.494.807	84.323.737	145.291.597	79.556.076
GASTOS OPERACIONAIS:					
Custo das vendas	10	(121.974.515)	(59.543.953)	(100.425.033)	(57.527.536)
Fornecimentos e serviços externos	27	(17.225.619)	(9.431.960)	(15.834.608)	(7.011.744)
Gastos com o pessoal	28	(19.592.549)	(9.922.958)	(18.987.907)	(9.850.159)
Amortizações e depreciações	5,6 e 8	(6.305.778)	(3.444.357)	(5.749.675)	(3.022.034)
Provisões e perdas por imparidade	23	(28.388)	(41.999)	(493.389)	(192.203)
Outros gastos operacionais	29	(1.558.018)	(909.654)	(949.695)	(512.768)
Total de gastos operacionais		(166.684.867)	(83.294.881)	(142.440.307)	(78.116.444)
Resultados operacionais		2.809.940	1.028.856	2.851.290	1.439.632
Gastos e perdas financeiros	30	(1.021.661)	(481.075)	(698.463)	(365.349)
Rendimentos e ganhos financeiros	30	60.329	33.498	112.649	53.540
Resultados antes de impostos		1.848.608	581.279	2.265.476	1.127.823
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	25	(764.138)	(454.478)	(459.308)	(29.333)
Resultado líquido consolidado do exercício		1.084.470	126.801	1.806.168	1.098.490
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Atribuível:					
ao Grupo		1.059.322	109.907	1.811.382	1.090.340
a interesses não controlados		25.148	16.894	(5.214)	8.150
		1.084.470	126.801	1.806.168	1.098.490
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Atribuível:					
ao Grupo		-	-	-	-
a interesses não controlados		-	-	-	-
		-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO					
Atribuível:					
ao Grupo		1.059.322	109.907	1.811.382	1.090.340
a interesses não controlados		25.148	16.894	(5.214)	8.150
		1.084.470	126.801	1.806.168	1.098.490
RESULTADOS POR AÇÃO:					
de operações continuadas	36	0,031	0,004	0,052	0,031
de operações descontinuadas		-	-	-	-
Básico		0,031	0,004	0,052	0,031
de operações continuadas	36	0,031	0,004	0,052	0,031
de operações descontinuadas		-	-	-	-
Diluído		0,031	0,004	0,052	0,031

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2015.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	260.693	80.429.549	92.689.091	60.656	127.749.747	1.646.250	129.395.997
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Aplicação do resultado consolidado de 2013	-	-	-	-	-	60.656	60.656	(60.656)	-	-	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	38.659	-	38.659	-	38.659	-	38.659
Outros	-	-	-	-	-	4.811	4.811	-	4.811	(1.529)	3.282
	-	-	-	-	38.659	65.467	104.126	(60.656)	43.470	(1.529)	41.941
Resultado Líquido Consolidado								1.811.382	1.811.382	(5.214)	1.806.168
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	38.659	-	38.659	1.811.382	1.850.041	(5.214)	1.844.827
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	299.352	80.495.016	92.793.217	1.811.382	129.604.599	1.639.507	131.244.106
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	38.951	76.591.909	88.629.709	3.973.763	127.603.472	1.630.768	129.234.240
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Aplicação do resultado consolidado de 2014	-	-	-	-	-	3.973.763	3.973.763	(3.973.763)	-	-	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	215.414	-	215.414	-	215.414	-	215.414
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	-	-	-	-	215.414	3.973.763	4.189.177	(3.973.763)	215.414	1	215.415
Resultado Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	1.059.322	1.059.322	25.148	1.084.470
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	215.414	-	215.414	1.059.322	1.274.736	25.148	1.299.884
Operações com detentores de capital próprio	-	-	-	-	-	(4.550.000)	(4.550.000)	-	(4.550.000)	-	(4.550.000)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	254.365	76.015.672	88.268.886	1.059.322	124.328.208	1.655.917	125.984.125

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2015.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	IAS/IFRS 30/06/15	IAS/IFRS 30/06/14
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	1.084.470	1.806.168
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, passíveis de serem reciclados por resultados:		
Varição do justo valor de investimentos disponíveis para venda	215.414	38.659
Rendimento integral consolidado do período	1.299.884	1.844.827
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	1.274.736	1.850.041
Interesses não controlados	25.148	(5.214)

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2015.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Montantes expressos em Euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	JUN-15		JUN-14	
Recebimentos de Clientes	154.504.159		118.023.325	
Pagamentos a Fornecedores	(138.103.169)		(112.480.616)	
Pagamentos ao Pessoal	(14.140.904)		(16.634.313)	
Fluxo gerado pelas Operações		2.260.086		-11.091.604
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		(456.268)		(321.304)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional		11.442.906		7.402.022
Fluxo gerado antes das Rubricas Extraordinárias		13.246.724		-4.010.886
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias				
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias				
Fluxo das Atividades Operacionais		13.246.724		-4.010.886

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	JUN-15		JUN-14	
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros	-		408.453	
Propriedade de Investimento				
Ativos Fixos Tangíveis	1.278.352		1.731.188	
Ativos Intangíveis				
Subsídios de Investimento	-		4.074	
Juros e Proveitos Similares	70.626		46.460	
Dividendos	-	1.348.978	-	2.190.175
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	(6.407)		-	
Propriedade de Investimento				
Ativos Fixos Tangíveis	(9.624.632)		(2.051.638)	
Ativos Intangíveis	(192.200)	(9.823.239)	(14.811)	(2.066.449)
Fluxo das Atividades de Investimento		(8.474.261)		123.726

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	JUN-15		JUN-14	
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	-		7.672.678	
Subsídios e Doações	-		-	7.672.678
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos	(2.893.731)		(1.466.409)	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(1.134.784)		(512.642)	
Juros e Custos Similares	(1.028.266)		(773.439)	
Dividendos	(4.553.790)	(9.610.571)	(6.240)	(2.758.730)
Fluxo das Atividades de Financiamento		(9.610.571)		4.913.948

CAIXA E EQUIVALENTES	JUN-15		JUN-14	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		12.530.999		7.676.781
Variação Operações Descontinuadas				
Variação do Perímetro		-		63.054
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		7.692.891		8.640.515
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		(4.838.108)		1.026.788

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira.

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Takeshi Numa; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

Em 30 de junho de 2015, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são as que constam da Nota 3.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.3.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras intercalares, preparadas de acordo com o normativo referido não incluem a totalidade da informação a ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, pelo que deverão ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A informação comparativa referente a 31 de dezembro de 2014, presente nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foi sujeita a auditoria.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, foram adotadas pela primeira vez neste período:

A) NORMAS E INTERPRETAÇÕES QUE SE TORNARAM DE APLICAÇÃO EFETIVA A 1 DE JANEIRO DE 2015:**(i) Normas:**

- **Melhorias às normas 2011 – 2013.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

(ii) Interpretações:

- **IFRIC 21** (nova), 'Taxas'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. Esta alteração não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

B) NORMAS E ALTERAÇÕES A NORMAS EXISTENTES PUBLICADAS MAS CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 1 DE FEVEREIRO DE 2015, E QUE A ENTIDADE DECIDIU NÃO ADOTAR ANTECIPADAMENTE:**(i) Normas:**

- **Melhorias às normas 2010 - 2012**, [a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015]. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IAS 1** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IAS 16 e IAS 38** (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos [a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016]'. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IAS 16 e IAS 41** (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

- **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa *holding* intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de Investimento". Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IFRS 11** (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **Melhorias às normas 2012 - 2014**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IFRS 14** (nova), 'Desvios tarifários' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas Demonstrações Financeiras separadamente. Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se estima impacto da adoção futura destas melhorias nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas divulgadas no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2015.

Política de gestão de riscos financeiros

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Programa de Gestão de Risco Global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A Gestão de Risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito. Conforme referido anteriormente, os mesmos encontram-se devidamente descritos no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

Neste contexto, apresentam-se, em seguida, alguns indicadores de risco, a 30 de junho de 2015, considerados particularmente relevantes:

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto CV), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash-flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (*forwards* cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014 apresenta-se como se segue:

	ATIVOS			PASSIVOS		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Escudo de Cabo Verde (CVE)	7.726.302	6.498.634	6.435.087	1.890.097	833.654	680.975
Libra Esterlina (GBP)	1.644	1.644	237.229	989	-	-
Coroa Sueca (SEK)	-	-	19.932	-	-	-
Yene Japonês (JPY)	-	-	-	54.270	777.900	135.863
Dólar Americano (USD)	-	-	201	293	(163)	-
Coroa Dinamarquesa (DKK)	-	-	248.249	-	-	-

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIÇÃO	JUN-15		DEZ-14	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Libra Esterlina (GBP)	5%	33	-	82	-
Yene Japonês (JPY)	5%	(2.713)	-	(12.227)	-
Dólar Americano (USD)	5%	(15)	-	-	-

Relativamente à sensibilidade de variações da taxa de câmbio do Escudo de Cabo Verde (CVE), dado que a taxa de câmbio definida não sofre alterações, o Grupo não tem risco cambial associado.

ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2015 e 2014, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Investimentos financeiros disponíveis para venda". Aquela rubrica é composta em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014 unicamente por Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação de Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIACÃO	JUN-15		DEZ-14		JUN-14	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
FUNDO CIMÓVEL	10%	-	326.831	-	305.290	-	331.330
FUNDO CIMÓVEL	-10%	-	(326.831)	-	(305.290)	-	(331.330)

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos *spreads* negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar

relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	VARIAÇÃO	JUN-15		DEZ-14		JUN-14	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Empréstimo – mútuo	1 p.p.	69.737	-	78.947	-	88.158	-
Contas correntes caucionadas	1 p.p.	90.000	-	100.000	-	100.000	-
Descobertos Bancários	1 p.p.	9.770	-	204	-	204	-
Papel Comercial	1 p.p.	127.000	-	134.000	-	74.000	-
Empréstimo de MLP	1 p.p.	90.000	-	90.000	-	-	-
Total		386.507	-	403.151	-	262.362	-
Empréstimo – mútuo	(1 p.p.)	(69.737)	-	(78.947)	-	(88.158)	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p.)	(90.000)	-	(100.000)	-	(100.000)	-
Descobertos Bancários	(1 p.p.)	(9.770)	-	(204)	-	(204)	-
Papel Comercial	(1 p.p.)	(127.000)	-	(134.000)	-	(74.000)	-
Empréstimo de MLP	(1 p.p.)	(90.000)	-	(90.000)	-	-	-
Total		(386.507)	-	(403.151)	-	(262.362)	-

A análise acima não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 47.068.442 Euros e 38.375.076 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 17) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou

ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida/(dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Financiamento obtido	54.761.333	50.906.075	35.528.366
Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.692.891)	(12.530.999)	(8.640.515)
Endividamento líquido	47.068.442	38.375.076	26.887.851
Capital Próprio	125.984.125	129.234.240	131.244.106
Rácio de alavancagem financeira	27,20%	22,90%	17,0%

O *gearing* permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

vi) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é: (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogêneos de clientes e individualmente por cliente; (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", que, conforme divulgado em Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2014, quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração: (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os períodos findo em 30 de junho de 2015 e 2014 encontram-se divulgados na Nota 23.

Em 30 de junho de 2015, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 23.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2.3 CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

30/06/2015	MOEDA	CÂMBIO FINAL JUN-15	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO JUN-15	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2014
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

31/12/2014	MOEDA	CÂMBIO FINAL DEZ-14	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO DEZ-14	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2013
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

3. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são como se segue:

EMPRESAS	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	JUN-15	DEZ-14
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa-Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,40%	98,40%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Numerário	354.689	99.349	115.781
Depósitos Bancários	7.337.067	12.427.086	8.524.158
Equivalentes a Caixa	1.135	4.564	576
	7.692.891	12.530.999	8.640.515

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 30 de junho de 2015 no montante de, aproximadamente, 51 Milhões de Euros das quais já foram utilizadas 39 Milhões de Euros, que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade. Este valor está aplicado em diversas instituições financeiras, não existindo concentração excessiva em nenhuma delas.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

30/06/2015	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVO FIXO TANGÍVEL EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	16.746.095	93.363.990	58.647.320	45.865.853	7.649.868	4.266.949	69.000	226.609.075
Adições	37.978	94.417	1.664.406	20.804.887	74.558	22.265	1.083.967	23.782.478
Alienações e abates	-	(1.491.839)	-	(7.378.767)	-	-	-	(8.870.606)
Transferências	-	(8.774)	-	-	-	-	-	(8.774)
Saldo final em 30 de junho de 2015	16.784.073	91.957.794	60.311.726	59.291.973	7.724.426	4.289.214	1.152.967	241.512.173
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	59.461.724	54.104.202	26.833.929	7.396.976	4.006.782	-	151.803.613
Amortização do exercício	-	1.189.541	621.303	3.936.437	55.100	42.195	-	5.844.576
Alienações e abates	-	(1.491.839)	-	(2.843.102)	-	-	-	(4.334.941)
Transferências	-	3.043	(77)	-	125	-	-	3.091
Saldo final em 30 de junho de 2015	-	59.162.469	54.725.428	27.927.264	7.452.201	4.048.977	-	153.316.339
Valor líquido	16.784.073	32.795.325	5.586.298	31.364.709	272.225	240.237	1.152.967	88.195.834

30/06/2014	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATIVO FIXO TANGÍVEL EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	16.867.925	91.144.133	57.516.232	43.398.838	7.546.027	4.167.209	2.379.299	223.019.663
Adições	-	264.675	59.463	15.357.802	33.105	33.069	1.383.992	17.132.106
Alienações e abates	-	(440.860)	(2.805)	(8.282.527)	-	-	-	(8.726.192)
Transferências	(121.830)	(925.388)	223.343	-	-	-	(328.775)	(1.152.650)
Saldo final em 30 de junho de 2014	16.746.095	90.042.560	57.796.233	50.474.113	7.579.132	4.200.278	3.434.516	230.272.927
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	-	58.171.836	53.041.445	26.102.086	7.275.882	3.858.400	-	148.449.649
Amortização do exercício	-	1.156.703	518.943	3.575.999	56.064	72.964	-	5.380.673
Alienações e abates	-	(435.569)	104	(2.727.223)	9	-	-	(3.162.679)
Transferências	-	(671.740)	-	-	-	-	-	(671.740)
Saldo final em 30 de junho de 2014	-	58.221.230	53.560.492	26.950.862	7.331.955	3.931.364	-	149.995.903
Valor líquido	16.746.095	31.821.330	4.235.741	23.523.251	247.177	268.914	3.434.516	80.277.024

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas bem como a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo e para aluguer operacional a clientes.

O Grupo recorreu a 31 de dezembro de 2014 a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Ativos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta fatores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

Em ativo fixo tangível em curso a 30 de junho de 2015 estão, essencialmente, obras associadas ao projeto LC70.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

A 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

	JUN-15		
	VALOR BRUTO	A. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	21.068.190	3.614.726	17.453.464

	DEZ-14		
	VALOR BRUTO	A. ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos Fixos Tangíveis	13.839.809	2.629.702	11.210.107

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, a rubrica “Propriedades de Investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de Investimento encontram-se registados na rubrica “Outros Rendimentos operacionais” e ascenderam a 1.351.497 Euros no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 (1.501.319 Euros em 30 de junho de 2014) (Nota 29).

De acordo com avaliações, reportadas a 31 de dezembro de 2014, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 54 Milhões de Euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 pode ser detalhado como se segue:

LOCALIZAÇÃO	TIPO DE AVALIAÇÃO	JUN-15		TIPO DE AVALIAÇÃO	DEZ-14	
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR AVALIAÇÃO
Vila Nova de Gaia - Av. da República	Interna	88.494	1.192.400	Interna	109.975	1.192.400
Braga - Av. da Liberdade	Interna	705	1.355.000	Interna	805	1.355.000
Porto - Rua do Campo Alegre	Interna/Externa	966.417	2.876.500	Interna/Externa	999.865	2.876.500
Viseu - Teivas	Externa	2.704.702	2.232.970	Externa	2.362.971	2.232.970
Óbidos - Casal do Lameiro	Interna	59.981	1.400.000	Externa	60.404	1.400.000
Castro Daire - Av. João Rodrigues Cabrilho	Interna	27.656	58.000	Interna	28.206	58.000
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	Interna	17.531	85.000	Interna	17.531	85.000
Viseu - Quinta do Cano	Interna/Externa	1.397.596	1.609.000	Interna/Externa	1.773.883	1.609.000
Amadora - Rua Elias Garcia	Interna	189.664	149.000	Interna	191.393	149.000
Portalegre - Zona Industrial	Interna	196.670	173.000	Interna	199.241	173.000
Portimão - Cabeço do Mocho	Interna	424.782	410.000	Interna	424.782	410.000
Vila Real de Santo António - Rua de Angola	Interna	26.780	83.000	Interna	27.497	83.000
Rio Maior	Interna	107.000	107.000	Interna	107.000	107.000
S João de Lourosa - Viseu	Externa	45.190	487.030	Externa	45.190	487.030
Vila Nova de Gaia - Av ^a Vasco da Gama (edifícios A e B)	Interna	1.612.963	9.048.000	Interna	1.626.278	9.048.000
Vila Nova de Gaia - Av ^a Vasco da Gama (edifícios G)	Interna	1.095.519	6.003.000	Interna	1.146.993	6.003.000
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	Interna	5.962.473	23.828.000	Interna	6.002.898	23.828.000
Lisboa - Av. Infante Santo	Interna	1.214.674	1.247.000	Interna	1.229.368	1.247.000
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereira	Interna	595.034	802.000	Interna	614.811	802.000
Leiria - Azóia	Externa	355.125	797.000	Externa	355.125	797.000
Outros	-	21.012		-	21.105	-
		17.109.968	53.942.900		17.345.321	53.942.900

O justo valor das Avaliações Externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2014, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa a 31 de dezembro de 2014 e para os demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2014, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2013 e 2012.

Em 30 de junho de 2015 são divulgados os valores de avaliação a 31 de dezembro de 2014 por se entender que, dada a inexistência generalizada de grandes obras em 2015, à inexistência de sinistros relevantes em 2015 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, não haverá alteração significativa ao justo valor destes imóveis.

O movimento da rubrica “Propriedades de Investimento” em 30 de junho de 2015 e 2014 foi como se segue:

30/06/2015			
VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.985.217	36.926.900	46.912.117
Aumentos	-	45.360	45.360
Alienação	-	(669.169)	(669.169)
Transferências	-	(62.012)	(62.012)
Saldo final	9.985.217	36.241.079	46.226.296
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	29.566.796	29.566.796
Aumentos	-	280.715	280.715
Alienação	-	(669.169)	(669.169)
Transferências	-	(62.014)	(62.014)
Saldo final	-	29.116.328	29.116.328

30/06/2014			
VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.879.302	34.996.495	44.875.797
Transferências	121.830	1.030.819	1.152.648
Alienação	-	(48.471)	(48.471)
Saldo final	10.001.131	35.978.843	45.979.974
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	28.373.070	28.373.070
Aumentos	-	286.839	286.839
Alienação	-	(48.471)	(48.471)
Transferências	-	671.740	671.740
Saldo final	-	29.283.178	29.283.178

A transferência ocorrida em 2014 deve-se à reclassificação de ativo fixo tangível para propriedade de investimento de imóveis que se encontram arrendados.

7. GOODWILL

Durante o período findo em 30 de junho de 2015 e 2014 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da antiga filial Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual. A 30 de junho de 2015 não existem indícios de imparidade, pelo que não foi necessária a realização de teste de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

30/06/2015	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	259.977	81.485	1.985.411	24.202	2.351.075
Adições	471.104	-	-	18.567	-	489.671
Saldo final em 30 de junho de 2015	471.104	259.977	81.485	2.003.978	-	2.840.746
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-	144.391	81.485	1.470.283	-	1.696.159
Amortização do exercício	78.517	9.568	-	92.402	-	180.487
Saldo final em 30 de junho de 2015	78.517	153.959	81.485	1.562.685	-	1.876.646
Valor líquido	392.587	106.018	-	441.293	24.202	964.100

30/06/2014	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	140.816	81.485	1.868.422	12.374	2.103.097
Adições	-	-	-	14.811	14.811
Transferências e abates	-	-	-	(6.187)	(6.187)
Saldo final em 30 de junho de 2014	140.816	81.485	1.868.422	20.998	2.111.721
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	117.328	81.485	1.320.209	-	1.519.022
Amortização do exercício	11.648	-	70.515	-	82.163
Alienações, abates e transferências	(196)	-	(3)	-	(199)
Saldo final em 30 de junho de 2014	128.780	81.485	1.390.721	-	1.600.986
Valor líquido	12.036	-	477.701	20.998	510.735

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

9.1. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014 os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos Disponíveis para Venda” foi como se segue:

	NÃO CORRENTES		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA:			
Justo valor em 1 de janeiro	3.119.634	3.341.376	3.341.376
Aumento/(diminuição) no justo valor	215.414	(221.742)	38.659
Justo valor na data de referência	3.335.048	3.119.634	3.380.035

A 30 de junho de 2015, os “Investimentos Disponíveis para Venda” decompõem-se da seguinte forma:

- Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Cível: 3.268.312 Euros – referem-se a 580.476 Unidades de Participação do Cível - Fundos de Investimento Imobiliários, S.A., estando as mesmas registadas pelo seu justo valor a 30 de junho de 2015. De referir que o custo de aquisição das referidas unidades de participação ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 254.365 Euros, que reflete a valorização subsequente do mesmo;
- Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 do registo dos “Investimentos Disponíveis para Venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	JUN-15	JUN-14
Varição no justo valor	215.414	38.659
	215.414	38.659

10. INVENTÁRIOS

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	7.684.910	3.938.945	4.186.945
Produtos e Trabalhos em Curso	1.211.575	1.058.306	928.698
Produtos Acabados e Intermédios	5.655.385	5.503.201	1.987.870
Mercadorias	61.023.112	61.390.733	43.731.718
	75.574.982	71.891.185	50.835.231
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 23)	(1.876.301)	(1.901.129)	(1.630.284)
	73.698.681	69.990.056	49.204.947

O custo das vendas, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi apurado como se segue:

	JUN-15			JUN-14		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	61.390.733	3.938.945	65.329.678	40.766.744	2.634.224	43.400.968
Compras Líquidas	115.296.452	10.056.407	125.352.859	91.958.334	12.984.394	104.942.728
Existências Finais	(61.023.112)	(7.684.910)	(68.708.022)	(43.731.718)	(4.186.945)	(47.918.663)
Total	115.664.073	6.310.442	121.974.515	88.993.360	11.431.673	100.425.033

A variação da produção nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	JUN-15	JUN-14
Existências finais	6.866.960	2.916.568
Regularização de existências	(203.332)	-
Existências iniciais	(6.561.507)	(1.229.071)
Total	102.121	1.687.497

11. CLIENTES

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES			ATIVOS NÃO CORRENTES		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Clientes, conta corrente	51.941.935	57.485.724	52.072.881	116.239	108.556	531.917
Clientes cobrança duvidosa	10.345.503	10.346.220	10.822.022	-	-	-
	62.287.438	67.831.944	62.894.903	116.239	108.556	531.917
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 23)	(10.337.898)	(10.338.615)	(10.593.294)	-	-	-
	51.949.540	57.493.329	52.301.609	116.239	108.556	531.917

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A. e da Toyota Caetano Portugal, no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível essencialmente às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

ANTIGUIDADE DE CONTAS A RECEBER**Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade**

30/06/2015	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	28.629.977	1.861.824	1.478.031	13.711.847	45.681.679
Funcionários	12.288	-	-	167.343	179.631
Concessionários Independentes	5.818.991	223.851	-	154.022	6.196.864
Total	34.461.256	2.085.675	1.478.031	14.033.212	52.058.174

31/12/2014	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	33.872.390	1.984.371	869.256	14.534.454	51.260.471
Funcionários	108	-	-	170.679	170.787
Concessionários Independentes	5.643.983	247.642	132.215	139.182	6.163.022
Total	39.516.481	2.232.013	1.001.471	14.844.315	57.594.280

30/06/2015	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cobrança Duvidosa	883	2.169	508	10.341.943	10.345.503
Total	883	2.169	508	10.341.943	10.345.503

31/12/2014	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes Cobrança Duvidosa	-	-	-	10.346.220	10.346.220
Total	-	-	-	10.346.220	10.346.220

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Adiantamentos a fornecedores	2.049.848	1.058.748	554.639
Outros devedores	1.980.294	3.358.557	5.839.613
	4.030.142	4.417.305	6.394.252

Esta rubrica inclui, em 30 de junho de 2015, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2014).

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 885.000 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (863.000 Euros em 31 de dezembro de 2014).

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS:			
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	355.643	198.065	155.434
<i>Rappel</i>	314.589	765.551	489.336
Reclamações de Garantia	235.607	186.682	199.370
Comparticipação em Frotas e Campanhas e Bónus fornecedores	231.036	978.000	281.257
Cedência de Pessoal	30.110	33.979	29.686
Juros a receber	12.209	16.097	153.211
<i>Fees a debitar</i>	-	49.287	-
Outros	709.868	581.519	267.896
Total	1.889.062	2.809.180	1.576.190
GASTOS A RECONHECER:			
Seguros	231.854	108.271	343.273
Rendas	22.305	113.472	90.519
Juros	4.515	10.923	10.943
Trabalhos especializados	-	-	96.290
Encargos com garantias bancárias	-	-	772
Outros	429.050	173.636	290.634
Total	687.724	406.302	832.431
Total	2.576.786	3.215.482	2.408.622

14. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O detalhe e movimento no semestre dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 30 de junho de 2015 e 2014, podem ser resumidos como se segue:

30/06/2015	DEZ-14	IMPACTO EM RESULTADOS	JUN-15
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS:			
Perdas por imparidade constituídas e não aceites como custos fiscais	372.370	-	372.370
Prejuízos fiscais reportáveis	1.248.074	(164.295)	1.083.779
Responsabilidade por pensões	1.100.000	-	1.100.000
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	410.521	(160.318)	250.203
Valorização de instrumentos derivados	48.447	(17.722)	30.725
	3.179.412	(342.335)	2.837.077
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:			
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(703.938)	-	(703.938)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativo fixo tangível	(190.200)	-	(190.200)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(5.136)	-	(5.136)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	(898.732)
	(1.798.006)	-	(1.798.006)
Efeito líquido (Nota 25)		(342.335)	

30/06/2014	DEZ-13	IMPACTO EM RESULTADOS	JUN-14
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS:			
Perdas por imparidade constituídas e não aceites como custos fiscais	447.049	-	447.049
Prejuízos fiscais reportáveis	1.758.647	-	1.758.647
Margem intragrupo	615.369	(329.097)	286.272
Anulação de gastos a reconhecer	6.793	-	6.793
Valorização de instrumentos derivados	44.033	11.700	55.733
	2.871.892	(317.397)	2.554.495
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:			
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(902.133)	-	(902.133)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativo fixo tangível	(233.602)	-	(233.602)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(44.077)	-	(44.077)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(11.299)	-	(11.299)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(898.732)	-	(898.732)
	(2.089.843)	-	(2.089.843)
Efeito líquido (Nota 25)		(317.397)	

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- (i) Prejuízos fiscais gerados até 31 de dezembro de 2009: 6 anos
- (ii) Prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011: 4 anos
- (iii) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013: 5 anos
- (iv) Prejuízos fiscais gerados a partir de 1 de janeiro de 2014: 12 anos

Em 30 de junho de 2015 o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO:	JUN-15		DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	
GERADOS EM 2012			
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	5.107.331	1.072.539	2017
GERADOS EM 2013			
- Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	53.524	11.240	2018
	5.160.855	1.083.779	

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Em 30 de junho de 2015 e 2014 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	TAXA DE IMPOSTO	
	JUN-15	JUN-14
PAÍS ORIGEM DA FILIAL:		
Portugal	22,5% - 21%	24,5% - 23%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

As empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de junho de 2015, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

DIVIDENDOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de abril de 2015 foi pago um dividendo de 0,08 Euros por ação (2.800.000 Euros) e a distribuição adicional de 1.750.000 Euros de resultados transitados e reservas livres.

RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

RESERVAS DE CONVERSÃO

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

RESERVAS DE JUSTO VALOR

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

OUTRAS RESERVAS

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

16. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os períodos findos em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014 foi como se segue:

	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.630.768	1.646.250	1.646.250
Outros	1	(1.970)	(1.529)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	25.148	(13.512)	(5.214)
	1.655.917	1.630.768	1.639.507

A decomposição do valor por empresa subsidiária consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas é como se segue:

SUBSIDIÁRIA	% INC	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), S.A.	0,02%	4.037	-
Caetano Auto CV, S.A.	18,76%	1.096.721	26.100
Caetano Renting, S.A.	0,02%	491	(28)
Caetano - Auto, S.A.	1,60%	554.668	(924)
		1.655.917	25.148

O resumo da informação financeira a 30 de junho de 2015 das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

RUBRICA	CAETANO AUTO	CAETANO RENTING	SALTANO	CAETANO AUTO CV
Ativo Não Corrente	51.477.096	14.959.102	21.842.210	1.471.798
Ativo Corrente	54.814.512	4.286.118	2.054.788	6.254.504
Total Ativo	106.291.608	19.245.220	23.896.998	7.726.302
Passivo Não Corrente	4.683.608	200.014	-	-
Passivo Corrente	64.773.780	16.461.021	3.581.418	1.930.217
Capital Próprio	36.834.220	2.584.185	20.315.580	5.796.085
Vendas e Prestações de Serviços	93.575.899	1.651.506	-	3.735.905
Resultados Operacionais	382.879	(149.733)	(1.539)	135.161
Resultados Financeiros	(122.471)	(682)	-	(4.056)
Impostos	(99.248)	-	-	-
Resultado Líquido	161.160	(150.415)	(1.539)	131.105

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho 2014 os financiamentos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	JUN-15			DEZ-14			JUN-14		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos Bancários	23.542.105	14.131.579	37.673.684	25.242.105	15.052.632	40.294.737	19.242.105	6.973.683	26.215.788
Locações	2.999.335	13.111.273	16.110.608	1.507.723	8.084.600	9.592.323	1.603.046	7.143.804	8.746.850
Descobertos Bancários	977.040	-	977.040	746.337	-	746.337	20.372	-	20.372
Outros empréstimos	-	-	-	272.678	-	272.678	545.356	-	545.356
	27.518.480	27.242.852	54.761.332	27.768.843	23.137.232	50.906.075	21.410.879	14.117.487	35.528.366

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como se segue:

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	30-06-2015			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
NÃO CORRENTE				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	5.131.579	5.131.579	22-06-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	9.000.000	9.000.000	15-10-2014	3 anos
	14.131.579	14.131.579		
CORRENTE				
Contas correntes caucionadas	9.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	977.040	7.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
PAPEL COMERCIAL:				
Toyota Caetano Portugal	9.200.000	9.200.000	27-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	3.500.000	3.500.000	26-11-2012	5 anos
	24.519.145	37.042.105		
	38.650.724	51.173.684		

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	31-12-2014			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
NÃO CORRENTE				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	6.052.632	6.052.632	22-06-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	9.000.000	9.000.000	15-10-2014	3 anos
	15.052.632	15.052.632		
CORRENTE				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22-06-2012	
Descobertos bancários	746.337	7.500.000		
Subsídio reembolsável	272.678	272.678	30-01-2009	6 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
PAPEL COMERCIAL:				
Toyota Caetano Portugal	9.200.000	9.200.000	27-11-2012	5 anos
Toyota Caetano Portugal	4.200.000	4.200.000	26-11-2012	5 anos
	26.261.120	38.014.783		
	41.313.752	53.067.415		

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (nota 35):

- Empréstimos - mútuo: 6.973.684
- Papel Comercial: 9.200.000

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,75% e 3,75%.

Com o encerramento do projeto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável tendo sido já completamente amortizado.

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário, relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
			2017	2018	2019	> 2020		
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	95.360	96.077	96.800	97.529	266.719	557.125	652.485
	Juros	4.566	3.849	3.126	2.397	2.769	12.141	16.707
559769	Instalações comerciais							
	Capital	61.574	61.883	62.193	62.505	649.090	835.671	897.245
	Juros	4.345	4.037	3.415	3.415	15.966	26.833	31.178
626064	Instalações comerciais							
	Capital	152.440	157.861	163.476	169.290	984.595	1.475.222	1.627.662
	Juros	53.936	48.515	42.900	37.086	90.585	219.086	273.022
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	2.689.961	1.389.968	2.561.604	2.448.309	3.843.374	10.243.255	12.933.216
	Juros	329.890	260.588	182.927	106.752	41.784	592.051	921.941
	Total Capital	2.999.335	1.705.789	2.884.073	2.777.633	5.743.778	13.111.273	16.110.608
	Total Juros	392.737	316.989	232.368	149.650	151.104	850.111	1.242.848

MATURIDADE DA DÍVIDA

As maturidades dos financiamentos existentes em 30 de junho de 2015 são as seguintes:

	2016	2017	2018	2019	> 2020	TOTAL
Empréstimos - mútuo	1.842.105	3.842.105	3.842.105	6.447.369	-	15.973.684
Descobertos Bancários	977.040	-	-	-	-	977.040
Papel comercial	12.700.000	-	-	-	-	12.700.000
Contas correntes caucionadas	9.000.000	-	-	-	-	9.000.000
Locações Financeiras	2.999.335	1.705.789	2.884.073	2.777.633	5.743.778	16.110.608
Total financiamentos	27.518.480	5.547.894	6.726.178	9.225.002	5.743.778	54.761.332

18. FORNECEDORES

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

19. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Acionistas	12.045	12.740	12.761
Adiantamentos de Clientes	948.683	1.094.051	592.111
Outros Credores	672.536	633.713	563.311
	1.633.264	1.740.504	1.168.183

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, a presente rubrica decompõe-se do seguinte modo:

	ATIVOS CORRENTES		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Estado e outros Entes Públicos:			
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:			
Estimativa de imposto	-	588.928	(240.091)
Retenções na fonte, pagamentos especiais por conta, pagamentos por conta e RETGS	1.393.300	408.278	1.132.371
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.348.537	-	1.031.240
	2.741.837	997.206	1.923.520

	PASSIVOS CORRENTES		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Estado e outros Entes Públicos:			
Retenção de impostos sobre o Rendimento	428.313	354.852	391.952
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.193.267	7.476.294	5.674.371
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 25)	238.704	-	-
Imposto Automóvel	2.033.735	2.209.294	-
Direitos aduaneiros	144.301	71.802	-
Contribuições para a Segurança Social	799.031	621.468	739.143
Outros	276.098	204.742	263.359
	10.113.449	10.938.452	7.068.825

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014 a rubrica “Outros Passivos Correntes” pode ser detalhada como se segue:

	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Credores por Acréscimos de gastos			
Encargos com férias e subsídios de férias	6.689.841	4.823.433	6.940.841
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	2.361.556	1.794.121	1.451.194
Encargos de <i>rappel</i> atribuíveis a entidades gestoras de frotas	1.986.618	1.467.198	1.038.004
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.112.499	2.327.476	994.031
Gastos de aprovisionamento	578.773	599.283	490.778
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	414.422	481.714	320.307
Seguros a liquidar	387.254	277.140	424.314
Comissões a liquidar	324.974	334.601	639.919
Juros a liquidar	239.768	248.128	200.382
Trabalhos especializados	232.538	-	44.087
Antecipação de encargos com FSE's	211.372	429.715	493.031
Contribuição Autárquica/IMI	143.106	119.129	96.562
Reclamações de garantia	130.685	-	236.052
Rendas	79.199	-	183.703
<i>Royalties</i>	-	115.434	107.264
Outros	456.265	1.056.519	1.175.627
	15.348.870	14.073.891	14.836.098
Rendimentos a reconhecer			
Contratos de Manutenção/Assistência	2.176.496	1.115.374	1.078.237
Recuperação de encargos com publicidade noutros meios	589.166	641.414	895.177
Subsídio ao investimento	513.581	517.655	521.728
Juros debitados a clientes	8.749	6.994	-
Outros	54.284	456.101	67.225
	3.342.276	2.737.538	2.562.367
Total	18.691.146	16.811.429	17.398.465

22. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e 23 de dezembro de 2002.

Em 30 de junho de 2015, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (GNB – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias *demarches* tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um *dossier* contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados em 2014 pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Current Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 0%, 0% e 2,5%, respetivamente. A esta data foram utilizados os pressupostos conforme 31 de dezembro de 2014.

A 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades do Grupo com o Plano de Benefício definido e a situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	2014
Valor da responsabilidade	33.574.520
Valor do fundo	29.075.997

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 5 Milhões de Euros, refletida no Balanço na rubrica “Responsabilidade por pensões”.

23. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

30/06/2015					
RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	10.338.615	-	-	(717)	10.337.898
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.901.129	-	(24.828)	-	1.876.301
Provisões	311.551	53.216	-	(58.714)	306.053

30/06/2014						
RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	VARIAÇÕES DE PERÍMETRO	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 9)	1.781.995	-	-	-	-	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	10.634.355	159.041	(548)	(200.102)	548	10.593.294
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.336.902	293.383	-	-	(1)	1.630.284
Provisões	323.422	41.514	-	-	(54.224)	310.712

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, o detalhe da rubrica "Provisões" é como se segue:

	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Provisão para garantias	106.039	111.537	110.698
Processos Judiciais em curso	200.014	200.014	200.014
	306.053	311.551	310.712

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 30 de junho de 2015 respeitam a:

SWAPS TAXA DE JURO

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (*cash flow hedges*), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do *funding*, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 30 de junho de 2015 era negativo em 115.980 Euros (em 30 de junho de 2014 era negativo em 163.674 Euros) e compreende à data de Balanço uma exposição total de 9,7 Milhões de Euros desde 22 de dezembro de 2013 pelo prazo remanescente de 4 anos a contar desde 26 de junho de 2012.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 30 de junho de 2015 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 – *inputs* indiretamente observáveis no mercado).

Apresenta-se, em seguida, um quadro-resumo com as principais características do referido contrato:

DERIVADO	TAXA SWAP	TAXA A RECEBER	TIPO	JUSTO VALOR		VARIÇÃO EM RESULTADO
				JUN-15	DEZ-14	
Swap taxa de juro BBVA	1,1000%	Euribor 3M	Negociação	(115.980)	(149.762)	(33.782)
				(115.980)	(149.762)	(33.782)

É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014 são detalhados como se segue:

	JUN-15	JUN-14
Insuficiência de estimativa de imposto	183.099	1.429
Excesso de estimativa de imposto	-	(24.652)
Estimativa de imposto do período (Nota 20)	238.704	240.091
RETGS	-	(74.957)
Imposto diferido (Nota 14)	342.335	317.397
	764.138	459.308

26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ATIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014, foi como se segue:

MERCADO	JUN-15		JUN-14	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	144.713.400	97,07%	115.202.165	90,46%
Palop's	4.095.427	2,75%	5.568.397	4,36%
Reino Unido	119.382	0,08%	49.468	0,04%
Espanha	22.738	0,02%	27.543	0,02%
Bélgica	16.560	0,01%	6.244.826	4,90%
Alemanha	3.570	0,00%	364	0,00%
Outros Mercados	100.146	0,07%	256.296	0,20%
	149.071.223	100,00%	127.349.059	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por atividade é como se segue:

ATIVIDADE	JUN-15		JUN-14	
	VALOR	%	VALOR	%
Veículos	115.438.763	77,44%	95.366.293	74,89%
Peças	22.837.056	15,32%	22.504.876	17,67%
Reparações	8.808.910	5,91%	7.511.985	5,90%
Outros	1.986.494	1,33%	1.965.905	1,54%
	149.071.223	100,00%	127.349.059	100,00%

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	JUN-15	JUN-14
Subcontratos	992.244	918.219
Serviços especializados	6.689.633	6.378.057
Trabalhos especializados	2.508.946	2.183.727
Publicidade e propaganda	2.824.629	2.928.070
Vigilância e segurança	200.499	230.110
Honorários	385.525	382.883
Comissões	95.161	69.343
Conservação e reparação	674.873	583.924
Materiais	350.446	276.423
Energia e fluidos	1.454.229	1.478.828
Deslocações, estadas e transportes	1.140.335	984.391
Deslocações e estadas	628.175	530.020
Transportes de pessoal	48.703	46.130
Transportes de mercadorias	463.457	408.241
Serviços diversos	6.598.732	5.798.690
Rendas e alugueres	1.330.495	1.400.300
Comunicação	319.535	400.725
Seguros	601.903	550.117
<i>Royalties</i>	80.130	171.187
Contencioso e notariado	16.095	15.847
Limpeza, higiene e conforto	293.848	273.816
Outros serviços	3.956.726	2.986.698
	17.225.619	15.834.608

28. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	JUN-15	JUN-14
Remunerações dos órgãos sociais	235.930	235.930
Remunerações do pessoal	13.067.801	13.115.035
Pensões	880.929	888.934
Indemnizações	75.408	113.774
Encargos sobre remunerações	3.427.979	2.986.177
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	187.225	202.502
Outros gastos com o pessoal	1.717.277	1.445.555
	19.592.549	18.987.907

28.1. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram como se segue:

	JUN-15	JUN-14
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	235.930	235.930

28.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Durante os períodos de seis meses findos em junho de 2015 e 2014, o número médio de pessoal foi o seguinte:

	JUN-15	JUN-14
Empregados	1.077	1.052
Assalariados	456	420
	1.533	1.472

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” e “Outros Gastos Operacionais” tem a seguinte composição:

	JUN-15	JUN-14
Aluguer de equipamento	5.514.469	4.770.457
Recuperação de garantias (Toyota)	4.279.153	2.757.071
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	1.628.021	999.351
Trabalhos para a própria empresa	1.552.178	1.080.280
Rendimentos de Imóveis (Nota 6)	1.351.497	1.501.319
Subsídios à exploração	1.222.865	1.166.201
Serviços prestados	1.045.483	810.914
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	845.378	1.014.484
Recuperação de despesas rendas	489.799	183.355
Recuperação de despesas de transporte	229.175	183.823
Mais-valias na alienação de ativo fixo tangível	113.516	685.029
Materiais de consumo	26.807	5.075
Outros	2.023.122	1.097.683
Total	20.321.463	16.255.041

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	JUN-15	JUN-14
Impostos	661.269	433.826
Dívidas incobráveis	895	573
Perdas em Inventários	14.679	(6.549)
Descontos pronto pagamento concedidos	8.878	4.348
Perdas nos restantes investimentos financeiros	6.406	11.047
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	2.833	767
Correções relativas a exercícios anteriores	54.622	28.323
Donativos	730	2.293
Quotizações	9.820	10.122
Multas e penalidades	80.494	29.430
Outros não especificados	717.392	435.515
	1.558.018	949.695

30. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS FINANCEIROS	JUN-15	JUN-14
Juros Suportados	814.942	526.019
Outros gastos e perdas financeiros	206.719	172.444
	1.021.661	698.463
RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS	JUN-15	JUN-14
Juros Obtidos	26.547	112.649
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	33.782	-
	60.329	112.649

31. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 30 de junho de 2015, a 31 de dezembro 2014 e a 30 junho de 2014:

DESCRIÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS			PASSIVOS FINANCEIROS		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	115.980	149.762	163.674
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	3.335.048	3.119.634	3.380.035	-	-	-
Clientes	52.065.779	57.601.885	52.833.526	-	-	-
Outras Dívidas de Terceiros - corrente	4.030.142	4.417.305	6.394.252	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	2.741.837	997.206	1.923.520	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	54.761.332	50.906.075	35.528.366
Dívidas a Terceiros	-	-	-	1.633.264	1.740.504	1.168.183
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	10.113.449	10.938.452	7.068.825
Fornecedores	-	-	-	37.456.785	31.579.655	30.464.290
Caixa e Equivalentes a caixa	7.692.891	12.530.999	8.640.515	-	-	-
	69.865.697	78.667.029	73.171.848	104.080.810	95.314.448	74.393.338

INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR

DESCRIÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS			PASSIVOS FINANCEIROS		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	(115.980)	(149.762)	(163.674)
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	3.335.048	3.119.634	3.380.035	-	-	-
	3.335.048	3.119.634	3.380.035	(115.980)	(149.762)	(163.674)

CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

DESCRIÇÃO	ATIVO DISPONÍVEL PARA VENDA		INSTRUMENTOS DERIVADOS		NÍVEL
	AO JUSTO VALOR	AO CUSTO	COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	NEGOCIAÇÃO	
Fundo Cimóvel	3.268.312	-	-	-	1)
Diversos	-	66.736	-	-	3)
Swap taxa juro	-	-	-	(115.980)	2)

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- a) **nível 1** - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.268.312 Euros (3.052.897 Euros em 31 de dezembro de 2014);
- b) **nível 2** - *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivado de negociação (*swaps* e *forward*): -115.980 Euros (-149.762 Euros em 31 de dezembro de 2014);
- c) **nível 3** - *inputs* para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs* não observáveis).

IMPACTO NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA E NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	IMPACTO EM CAP. PRÓPRIO			IMPACTO EM RESULTADOS		
	JUN-15	DEZ-14	JUN-14	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	(33.782)	30.240	44.152
Investimento Financeiros Disponíveis para Venda	215.414	(221.742)	38.659	-	-	-
	215.414	(221.742)	38.659	(33.782)	30.240	44.152

32. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2015, os pagamentos mínimos relativos a locações operacionais ascenderam a cerca de 6,7 Milhões de Euros (2014: 7,9 Milhões de Euros). Do referido montante, 1,9 milhões referem-se a pagamentos com maturidade de um ano, 4.8 milhões respeitam a pagamentos a ocorrer no período entre dois a cinco anos e 0.01 Milhão referem-se a pagamentos de maturidade superior a cinco anos.

PAGAMENTOS MÍNIMOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	JUN-15	DEZ-14
Não mais de um ano	1.883.929	2.102.409
Mais de um ano e não mais de cinco	4.820.806	4.657.637
Mais de cinco	9.751	1.177.016
	6.714.486	7.937.062

33. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas pode ser resumido como se segue:

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		SERVIÇOS		OUTROS	
	ARECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	465	-	-	-	-	-	-	-	-	378
ATLÂNTICA - COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA, S.A.	5.111	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIÁRIA, S.A.	-	17.224	-	6.378	-	-	-	142.467	-	82.157
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	679.830	206.887	1.711.694	213.331	-	-	1.047	153.611	157.848	271.421
CABO VERDE RENT-A-CAR, LDA	79.961	1.726	58.706	4.421	-	-	3.146	59.069	-	-
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA	30	(7.185)	492	13.685	-	-	474	(5.151)	-	259
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	140.291	-	64.331	-	-	-	10.709	-	-	63.376
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), SA	27.721	9.592	22.516	23.550	-	-	7.828	748	-	12.689
CAETANO DRIVE,SPORT E URBAN, S. A.	362.578	304.021	25.397	11.154	559.227	640.196	79.012	145.892	-	128.651
CAETANO EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138
CAETANO FORMULA, S.A.	103.240	197.594	8.212	190.746	-	5.551	23.719	4.093	-	67.650
CAETANO FÓRMULA EAST ÁFRICA, S.A.	218	-	-	-	-	-	-	-	-	177
CAETANO FÓRMULA MOÇAMBIQUE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	156
CAETANO FÓRMULA WEST ÁFRICA, S.A.	65	-	-	-	-	-	-	-	-	195
CAETANO MOTORS, S.A.	28.164	36.112	(2.028)	113	-	-	6.499	19.853	-	85.184
CAETANO MOVE AFRICA	21	-	-	-	-	-	-	-	-	17
CAETANO ONE CV, LDA	58.905	(634.830)	8.241	-	-	-	2.784	81	-	12.597
CAETANO PARTS, LDA	115.150	1.181.846	818.448	3.165.520	(9.250)	-	1.772	3.968	-	99.105
CAETANO POWER, S.A.	181.416	29.807	(128)	34.014	928.429	1.064.033	28.013	968	-	84.864
CAETANO RETAIL, SGPS, S.A.	17.248	2.894	(275)	-	-	-	-	3.437	-	35.844
CAETANO STAR, S.A.	37.622	51.169	8.821	55.468	-	-	4.567	25.238	-	4.701
CAETANO TECHNIK, S.A.	47.810	30.653	(4.676)	9.295	17.732	12.179	(2.366)	-	-	2.725
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	10.145.267	65.093	47.436	22.900	1.951	-	14.198	46.785	1.500	1.537.570
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	8.949	791.527	24.905	645	-	-	16.298	1.326.589	-	1.430
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	112.447	555	34.490	-	15.610	14.926	74.612	(4.188)	-	106.585
CENTRAL SOLAR DE CASTANHOS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	151
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	6.507	177.022	-	-	827.067	-	-	36.079	-	2.896
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S.A.	207.316	126.151	328.122	62.184	-	-	99.193	539.990	28.614	9.508
FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	885.845	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	39.507	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GUERIN RENT A CAR, SL (SOCIEDAD UNIPERSONAL)	-	-	-	-	-	-	-	50	-	14.838
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS), LDA	32.449	2.910	-	-	-	-	105.126	2.257	-	12.862
IBERICAR AUTO NIPON, SL	15.525	24.897	-	24.897	-	-	-	-	-	-
ISLAND RENT, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.	437	-	-	-	-	-	-	-	-	4.206
LAVORAUTO - ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE EMPRESAS, S.A.	-	152.550	-	-	-	-	-	15.299	-	-
LIDERA SOLUCIONES, SL	-	2.960	-	-	-	-	-	15.141	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	159.102	576.956	178.198	40.146	-	-	31.972	175.099	431	36.630
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES, S.A.	277	-	-	-	-	-	-	-	-	3.338
MDS AUTO- MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.	(2.047)	13.049	501	-	-	-	169	-	15.635	87.382

MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, LDA	144.772	-	1.255.577	-	-	-	2.607	26.863	222.920	2.109
PLATINIUM V.H. - IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	10.979	-	-	-	-	-	-	-	-	17.852
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	225.666	(3.783)	1.962	-	-	-	18.565	-	-	23.949
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.	22	22.119	-	-	-	-	-	76.020	-	302
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	60.969	841.872	150	-	-	-	57.657	1.880.492	2.829	202.891
ROBERT HUDSON, LTD	26.357	-	27.140	-	-	-	-	-	-	2.819
SALVADOR CAETANO AUTO AFRICA, SGPS, S.A.	-	(811.923)	-	-	-	-	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.	299	-	238	-	-	-	-	-	-	6
SEARAS MORENAS, LDA	21	-	-	-	-	-	-	-	-	17
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	1.036	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOL GREEN WATT, SL	63	-	-	-	-	-	557	-	-	121
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	-	681	-	-	-	-	-	-	-	-
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	236	-	-	-	-	-	-	-	-	770
VAS AFRICA (SGPS), S.A.	503	-	-	-	-	-	-	-	-	546
VAS CABO VERDE, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.	9.296	393	10.284	2.152	12.167	-	71.497	-	-	-
	13.977.646	3.410.539	4.628.754	3.880.599	2.352.933	1.736.885	659.655	4.690.750	429.777	3.021.062

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

A linha “Volume de negócios” inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 5.517.469 Euros (4.773.457 Euros em 30 de junho de 2014) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros Rendimentos Operacionais (nota 29).

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO:

Em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	JUN-15	DEZ-14	JUN-14
Por Créditos Abertos	173.620	110.504	203.597
Por Fianças Prestadas	6.805.563	7.511.119	2.500.000
	6.979.183	7.621.623	2.703.597

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2014, relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 4 Milhões de Euros refere-se à caução prestada à A.T.A que permanece em 30 de junho de 2015.

Na sequência de financiamentos contratados em 2012, no valor de 29,9 Milhões de Euros, dos quais encontram-se, a esta data, por amortizar cerca de 16,2 Milhões de Euros (ver detalhe nota 17), o Grupo concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 37,8 Milhões de Euros.

LIQUIDAÇÕES DE IMPOSTOS:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa.

Caetano – Auto, S.A.

A Empresa regista no seu Ativo, na rubrica de Setor Publico Estatal, o valor de juros pagos à Administração Fiscal, no montante de 24.041,71 Euros, com os quais não concorda por os entender indevidos e, por isso, procedeu à necessária impugnação judicial, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão. Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o supremo Tribunal de Justiça.

Em 2014, a empresa foi notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tendo a pagar uma indemnização por danos indiretos e não patrimoniais. A esta indemnização serão deduzidos os valores a receber e respetivos juros relativos a um processo instaurado pela empresa contra o agente.

É convicção da Administração de que não resultarão responsabilidades para a empresa decorrentes do desfecho deste processo.

36. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o primeiro semestre de 2015.

37. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

38. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	JUN-15	JUN-14
Resultado:		
Básico	1.084.470	1.806.168
Diluído	1.084.470	1.806.168
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,031	0,052

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Takeshi Numa

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04

RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO INTERCALAR
CONTAS CONSOLIDADAS 2015



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos a apreciação do relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, referentes ao 1º semestre de 2015 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, procedemos, durante o período considerado, ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, a análise geral dos procedimentos contabilísticos e a confirmação por amostragem, dos respetivos registos.

Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Analisamos o relatório de Revisão Limitada elaborado pelo Auditor Registado na CMVM sob o nº 9077, com o qual concordamos.

Assim sendo,

Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários afirmar que, tanto quanto e do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, sendo que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, acontecimentos mais importantes, desempenho e posição do Grupo, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Nestes termos, somos do parecer que as demonstrações financeiras referentes ao período com termo em 30 de junho de 2015 refletem de forma precisa o resultado de todas as operações desenvolvidas no mesmo período pelo Grupo Toyota Caetano Portugal.

Vila Nova de Gaia, 27 de agosto de 2015

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente

Alberto Luis Lema Mandim

Filip Rachel k Soenen

05

RELATÓRIO DE REVISÃO

RELATÓRIO INTERCALAR
CONTAS CONSOLIDADAS 2015



RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, da Toyota Caetano Portugal, S.A., incluída: no Relatório consolidado de gestão, na Demonstração consolidada da posição financeira (que evidencia um total de 255.860.140 Euros e um total de capital próprio de 125.984.125 Euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.655.917 Euros e um resultado líquido de 1.059.322 Euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada do rendimento integral, na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e na Demonstração consolidada de fluxos de caixa do período findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (b) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu: principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 contém distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia e que não seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS

9. Com base no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão não é concordante com a informação financeira consolidada do período.

27 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

